

# A INSERÇÃO DA ARTE NO CURRÍCULO ESCOLAR

Maria Betânia e SILVA  
Núcleo de Estudos e Pesquisas de  
História da Educação em Pernambuco

## RESUMO

*Desde o século XIX, a arte se faz presente na escola, embora de forma difusa. No entanto, foi no decorrer do século XX que educadores, artistas e intelectuais passaram a despertar para a importância de sua presença no processo educativo e também a reivindicar um espaço obrigatório para ela no currículo. No estado de Pernambuco, alguns movimentos e instituições contribuíram de forma significativa para a disseminação, promoção e divulgação da arte e, sobretudo, para a democratização de seu acesso por parte das camadas populares. Foi no período áureo da ditadura militar que a arte se tornou obrigatória no currículo.*

**Palavras-chave:** *História da arte no currículo. Ensino da arte. Arte-educação.*

## ABSTRACT

*Since the 19<sup>th</sup> century, even in a diffuse way, art is present in schools. However, it was during the 20<sup>th</sup> century that educators, artists and intellectuals came to the perception of the importance of its presence in the educational process and also to demand a definite space for art in school syllabus. In Pernambuco, some movements and institutions have significantly contributed to the dissemination, promotion and*

*publicizing of art and mainly to the democratization of its access by the popular levels. It was during the golden period of the military dictatorship that art has become compulsory in school syllabus.*

**Key-Words:** *The history of Art. Art-education. Syllabus.*

**E**ste texto constitui um recorte de nossa dissertação de Mestrado e pretende contribuir com as discussões e reflexões acerca da arte na educação.

O interesse em aprofundar os estudos sobre a inserção da arte como disciplina curricular na escola, que ocorreu oficialmente em 1971, relaciona-se a uma série de questionamentos levantados no decorrer de nossa prática. Por exemplo, por que a arte é relegada a um segundo plano como disciplina entre docentes e outros profissionais da instituição escolar? Por que ainda se considera a arte apenas como complemento secundário e, talvez, desnecessário no currículo, ou que serve apenas para decoração de ambientes e comemoração de datas festivas? Por que a arte é considerada como algo que não precisa “ser pensado”, logo não tem “o peso” que as outras disciplinas porque não é preciso “usar a razão”? Por que qualquer profissional de qualquer área pode lecioná-la, fato que não ocorre em relação à grande parte das outras disciplinas do currículo? Enfim, inúmeras outras questões nos impulsionaram na busca da compreensão da própria história da arte como disciplina curricular na escola propriamente dita.

O objetivo central da pesquisa foi compreender o processo de inserção da arte no currículo escolar, entre 1950 e 1980, particularmente no estado de Pernambuco, e compreender por que a arte, que recebia o título de Educação Artística, se configura como disciplina curricular obrigatória a partir da reforma educacional do ensino de 1º e 2º graus em 1971, no período áureo da ditadura militar.

Como referencial teórico-metodológico a pesquisa está baseada na História das Disciplinas Escolares e na História Oral. As principais fontes utilizadas foram os documentos oficiais: legislação, pareceres, resoluções, propostas curriculares, programas de ensino. Utilizamos, também, jornais, revistas e depoimentos orais de profissionais ligados diretamente a instituições oficiais e aos movimentos estudados na pesquisa.

## A inserção da arte no currículo escolar

Podemos perceber que o ensino da arte no Brasil fez-se presente inicialmente no ensino superior voltado para a aristocracia da época e, sobretudo, para os que tinham “talento” ou “dom inato”, sendo reservado, assim, a uma pequena parcela da sociedade. Nas escolas primárias e secundárias encontrava-se o desenho, porém este era o geométrico.

No final do século XIX, encontramos uma visão diferenciada, com Rui Barbosa, que pontuava a importância da arte no processo educativo e que dava força para os movimentos reivindicatórios de um espaço para a arte no currículo escolar brasileiro. Já na primeira metade do século XX, no caso pernambucano, a Reforma Carneiro Leão foi de fundamental importância, pois trouxe novos objetivos para a escola pública com reformas de programas, métodos e novos planos de formação dos professores. Com a reforma nasceu o primeiro órgão central de educação e cultura do Estado. Posteriormente, na gestão de Aníbal Bruno, procurou-se colocar em prática a programação artística e cultural prevista na Reforma Carneiro Leão que destacava a importância da presença da arte na escola para o processo de formação do indivíduo.

No decorrer do século XX, veremos que, em Pernambuco, surgiram várias instituições e movimentos que desempenharam um papel fundamental na disseminação do ensino da arte em meio à sociedade e na escola propriamente dita.

Nos anos 40, surgiu a Divisão de Extensão Cultural e Artística (DECA), criada na Secretaria de Educação com o objetivo de inter-relacionar as atividades artísticas nos níveis da escola e da comunidade por meio da preservação da cultura. A equipe da DECA, composta de professoras especializadas no campo artístico, desenvolveu um papel de destaque, seja na orientação, promoção e divulgação das atividades artísticas no estado de Pernambuco, seja no cuidado com a orientação continuada do(a) professor(a) no campo artístico, promovendo freqüentemente cursos, palestras e eventos artísticos que receberam destaque em meio à sociedade, como foi o caso dos Salões de Arte Infantil. Além disso, estabeleceu parcerias com a Escola de Belas Artes e o Movimento Escolinhas de Arte. Até esse momento, a arte oficialmente não possuía um espaço obrigatório reservado no currículo escolar, todavia já se fazia presente e ativa em vários processos educativos. A DECA não só contribuiu para que as atividades artísticas se fizessem presentes e vivas na escola, vinculando-as também à sociedade, como preocupou-se fundamentalmente com a orientação e atualização continuada do(a) professor(a) no campo da arte.

Contemporaneamente à DECA, surgiu o Movimento Escolinhas de Arte (MEA), que teve um crescimento extraordinário em nível nacional,

atingindo também outros países. Foi uma nova forma de voltar o olhar não só para a criança e o adolescente, abrindo espaço também para o adulto e para a formação de arte-educadores com os Cursos Intensivos de Arte-Educação, o que até então não se via na sociedade, exceto na Escola de Belas Artes. A Escolinha de Arte exerceu uma força considerável de norte a sul do Brasil, tornando-se um espaço de organização, de encontro, de troca de idéias e experiências entre os arte-educadores. Estava conectada às discussões, ao que se produzia e desenvolvia em termos de arte na época e, de modo especial, influenciou as autoridades educacionais despertando um olhar mais acurado à arte por parte do Estado, além de contribuir consideravelmente na concepção de arte que foi estabelecida no processo de inserção da arte no currículo escolar. Essa concepção se direcionou à livre-expressão, à formação da personalidade, da apreciação, do gosto estético, da criatividade.

Nos anos 60, nasceu um outro movimento que marcou presença no Estado: Movimento de Cultura Popular (MCP). Em Recife, foi um movimento que, além do apoio político, recebeu contribuições do comércio, da indústria e da imprensa. Esse movimento atingiu um número significativo de participantes, de crianças a adultos, tendo um desenvolvimento considerável na área artística, englobando não só a plástica, mas também a música, o teatro, o cinema, o artesanato. Foi um movimento que literalmente democratizou o acesso da população à arte, além de elevar o nível cultural e crítico das camadas populares e trouxe consigo a concepção da arte engajada, de expressão crítica e política voltada à transformação social.

Como vemos até aqui, houve um movimento crescente gradativo de observação, de articulação, de organização por parte de artistas, intelectuais e educadores que fizeram notar, que tornaram visível a importância da presença da arte no processo educativo. Essa movimentação envolveu a sociedade e intensificou os movimentos de reivindicação de um espaço para a arte também na escola e, sobretudo, despertou o interesse e o olhar nos meios políticos.

A década de 70 foi marcada pela reforma educacional do ensino de 1º e 2º graus que trouxe o símbolo de modernização e representou alguns avanços para a época, pois além da extensão obrigatória da escolaridade, generalizou o ensino profissional no nível médio ou 2º grau. A nova reforma educacional trouxe consigo a concepção tecnicista em que não importava a fundamentação teórica, a reflexão, o desenvolvimento do raciocínio, mas o fazer e a técnica. Teoricamente a lei apresentou avanços, mas na prática não houve e não se favoreceu uma estrutura técnica e humana adequada para torná-la efetivamente possível.

## A inserção da arte no currículo escolar

Em linhas gerais, o conteúdo da reforma educacional trouxe influência norte-americana, mas a elaboração dos currículos e dos programas específicos foi realizada pelos educadores de cada Estado do Brasil. Houve, de fato, uma participação acentuada e coletiva dos educadores de norte a sul do país.

No que se refere à arte, que recebeu um lugar específico e obrigatório no currículo e o título de Educação Artística, percebemos que a sua presença representou, de certa forma, um avanço, no sentido de garantir um espaço para ela no currículo, democratizando o acesso ao seu ensino. Por outro lado, observa-se uma enorme lacuna nos recursos humanos específicos para a área. Na época, não existiam sequer cursos universitários que formassem arte-educadores, o que deixou a desejar qualitativamente o ensino da nova disciplina. Encontram-se diversas outras lacunas, dentre essas, a ausência nas escolas públicas, em geral, de ambientes adequados para se trabalhar com o novo conhecimento, salas inapropriadas, excesso de alunos por turma, ausência de material, ausência de bibliografia específica nas escolas que auxiliem o trabalho do(a) professor(a), além de um número excessivo de turmas que o profissional tem de assumir na medida em que a carga horária, em cada uma delas, é muito pequena.

Sutilmente percebe-se que o MEC tinha consciência de todas essas lacunas, como encontra-se explícito em alguns documentos, mas a intencionalidade estava centrada na desarticulação, na ausência de professores capacitados e formados na área artística.

Percebemos que, por exemplo, a própria lei deixou lacunas no tratamento dado a(o) professor(a) para a área deixando aberto o ensino a qualquer profissional. O próprio MEC, quando elaborou os diversos pareceres durante a década de 70 para esclarecimento do tratamento que deveria ser dado à disciplina de Educação Artística, deixou clara a não necessidade de um profissional específico para a área, fato que colaborou para a descaracterização da disciplina e acentuou o estigma de que a arte serve apenas para decoração do ambiente escolar e comemoração de datas festivas. Visava-se à despolitização ou repolitização no sentido de direcionar o ensino da arte ao patriotismo, ao nacionalismo com a comemoração das datas cívicas, dos personagens históricos, do folclore etc, desvirtuando completamente o que se desenvolvia em termos de arte na sociedade, sobretudo, nos movimentos e instâncias que trabalhavam mais diretamente com a arte.

Intencionalmente abriu-se espaço total para qualquer profissional assumir a docência da disciplina, justamente, para que não se corresse o risco de contribuir na formação de indivíduos reflexivos, observadores, críticos, o

que até então tinha-se visto em meio à sociedade: o efeito que a arte causava na população como um todo pelos diversos movimentos, instituições e espaços sociais que desenvolveram o ensino, promoveram o acesso e divulgação da arte. Certamente, a presença de profissionais que desconheciam os fundamentos de um conhecimento específico favorecia a descaracterização da área, dificultava a articulação e organização dos profissionais e, conseqüentemente, favorecia o ensino de conteúdos diluídos e desarticulados. Mas, como constatou-se até aqui, o objetivo do novo regime foi alcançado, pois além de encerrar as atividades que se desenvolviam no campo artístico na sociedade, no caso pernambucano a DECA, o MCP e o próprio MEA que não foi encerrado, mas sofreu conseqüências, conseguiu diluir completamente o ensino e acesso ao conhecimento da arte por parte da população.

No caso pernambucano, a ausência de profissionais arte-educadores foi comprovada por meio de uma pesquisa realizada pela própria Secretaria de Educação do Estado, na década de 80, período de redemocratização do país, que identificou a presença de apenas 14% dos profissionais que lecionavam a disciplina com formação artística, ou seja, 86% de todos os professores de Educação Artística do Estado lecionavam a disciplina como complemento de carga horária. Esse fato trouxe uma série de problemas, pois além da ausência, em geral, dos conhecimentos específicos, filosóficos, metodológicos e psicológicos da arte, impede-se, ainda hoje, o acesso dos arte-educadores ao sistema público, uma vez que nos concursos públicos o número de vagas para a área é extremamente reduzido, pois “burocraticamente” o quadro está completo, porque o espaço está preenchido por diversos outros profissionais, de diversas outras áreas.

São questões a pensar.

Uma outra inquietação diz respeito à ausência do conteúdo programático. Durante a elaboração dos programas das diversas disciplinas, redigiu-se um documento chamado Proposta Curricular. Esse documento, elaborado com o objetivo de pontuar os aspectos mais importantes que deveriam ser abordados no ensino da disciplina de arte, contém um rol de objetivos e um conjunto de técnicas para desenvolver atividades artísticas, não contemplando, no entanto, um programa formado por conteúdos e distribuído por séries. Observe-se que não havia interesse na elaboração de conteúdos formais e fundamentações teóricas, também, no campo da arte, embora a Proposta Curricular contemple concepções que baseavam as ações do MEA e aborde aspectos do desenvolvimento infantil trazidos por Piaget. Dessa forma, o campo permaneceu aberto para se ensinar qualquer coisa e se elaborar qualquer programa como atividades manuais, práticas do lar etc. Mas, como se podia

A inserção da arte no currículo escolar

elaborar um programa com conteúdos e linguagens específicas para a disciplina sem ter a necessária formação para desenvolver essas reflexões?

É interessante notar que durante uma entrevista concedida por ocasião de nossa dissertação, Noemia Varela<sup>1</sup> afirma que:

*“(...) a gente pensava que ia realmente melhorar o nível do ensino de arte, melhorou? Em certo sentido ele penetrou nos programas, faz parte, porque antigamente nem existia na escola arte da forma que a gente pensava, assim, na medida do possível de uma educação enriquecida e atualizada acrescentando experiências que elevassem o nível do professor, isso não aconteceu até hoje. Os cursos universitários deixam a desejar, o seu deixa? (...) faz falta instituições que possam apresentar cursos com dinâmicas novas, com propostas novas de desenvolvimento científico do processo de uma educação pela arte”.*

Podemos afirmar que foi uma conquista garantir um espaço para a arte no currículo escolar, após quase um século de reflexões, de tentativas dos educadores que precederam esta geração. Mas, permanecem como conquistas a serem alcançadas: a qualidade efetiva do ensino da arte; a formação continuada dos(as) arte-educadores(as); espaços para troca de idéias, de experiências, enfim, de discussões acerca da importância do papel da arte no processo de formação do indivíduo. Afinal de contas qual o sentido da educação senão colaborar na formação de cidadãos capazes de construir uma nova sociedade? O próprio Platão já dizia que se deve educar a todos para encontrar a idéia do Bem, do contrário, serão nocivos para toda a sociedade.

Não basta falar, discutir, criticar negativamente o que foi feito ou não foi feito, quem fez e quem não fez. É preciso exercer, desenvolver, aprimorar críticas que construam, que busquem, que apontem novos caminhos, novas possibilidades, pois assim podemos acreditar nas utopias humanas. E o que seria da vida se não houvesse as utopias? Se como educadores e arte-educadores acreditamos que a educação pode contribuir e que tem um papel fundamental na mudança, na transformação, enfim, na construção de seres humanos mais justos e honestos, cabe a cada um de nós exercer a coerência entre a teoria e a prática, pois já dizia Gennadio di Marsiglia, pensador italiano, ser necessário provar com as obras aquilo em que acreditamos com o coração. Podemos nos referir ao próprio imperativo categórico de Kant, que nos incentiva a agir de tal maneira, que o motivo que nos levou a agir possa ser convertido em lei universal.

## NOTA

<sup>(1)</sup> Fundadora da Escolinha de Arte do Recife, hoje aos 86 anos, continua ativamente na Escolinha. Essa entrevista foi concedida em 25.07.03.

## REFERÊNCIAS

KANT, Immanuel. Resposta à pergunta: Que é “esclarecimento”? (“Aufklärung”). In *Immanuel Kant: textos seletos*. Trad.: Raimundo Vier e Floriano de Sousa Fernandes. Petrópolis: Vozes, 1985, p.100-116.

MARSIGLIA, Gennadio di. In MÜHS, Wilhelm. *Parole del cuore*. Milano: Edizioni San Paolo, 1996.

MEMORIAL DO MCP. Recife: Fundação de Cultura da cidade do Recife, 1986.

PLATÃO. *A República*. Trad.: Leonel Vallandro. Rio de Janeiro: Ediouro, s.d., p.175-180.

. *A República*. Trad.: Elza Moreira Marcelina. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985, p.46-56.

## DOCUMENTOS OFICIAIS:

BRASIL. Lei 5692 de 11 de Agosto de 1971. *O município na lei Federal*. Recife, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parecer n.131/62. Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Rio de Janeiro, n.12, 1965.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parecer n.853/71*. Brasília, 1971.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. *Parecer n.4833/75*. Brasília, 1975.

BRASIL. Conselho Federal de Educação. *Parecer n.540/77*. CE de 1º e 2º grau. Aprovado em 10/02/77 (Processo s/n). Sobre o tratamento a ser dado aos componentes curriculares previstos no art.7 da Lei n.5692/71. Brasília, 1977.

PERNAMBUCO. Movimento de Cultura Popular. *Plano de ação para 1963: I Encontro Nacional de Alfabetização e cultura popular*. Recife: Impresso pelo projeto de editorial e imprensa, 1963.

A inserção da arte no currículo escolar

PERNAMBUCO. Movimento de Cultura Popular. *Estatuto do Movimento de Cultura Popular*. Recife, 1960.

PERNAMBUCO. Secretaria de Educação e Cultura. *Proposta Curricular. Ensino de 1º grau: Comunicação e Expressão*. Recife, 4 ed., v.2, 1981.

PERNAMBUCO. Secretaria Municipal de Educação e Cultura. *Proposta Curricular 5ª a 8ª séries: GT Artístico Cultural*. Documentação da Rede Municipal de Ensino. Recife, [197-?].

### REVISTAS:

ARTE EM REVISTA. ano 2, n.3, s.d. Que foi o MCP?

BOLETIM DECA. Recife: Divisão De Extensão Cultural E Artística, 1953 – 1965. Trimestral.

DECA - REVISTA DO DEPARTAMENTO DE EXTENSÃO CULTURAL E ARTÍSTICA. Recife, 1959 – 1962.

REVISTA DA ESCOLA DE BELAS ARTES DE PERNAMBUCO. Recife, 1957 – 1959.